

Sumário

Nota do Autor à 4ª Edição..... 1

Apresentação..... 3

PARTE I:

DIREITO PENAL AERONÁUTICO

Capítulo 1 – Crimes Aeronáuticos 9

1. Classificação dos crimes aeronáuticos 9

2. Crimes aeronáuticos e crimes de perigo..... 10

3. Condutas delitivas na aviação..... 11

3.1. Crimes propriamente aeronáuticos..... 11

3.2. Crimes impropriamente aeronáuticos 12

3.3. Contravenções penais aeronáuticas
e infrações aeronáuticas 13

Capítulo 2 – Atentado Contra a Segurança do Transporte Aéreo..... 15

1. Elementos objetivos da primeira figura do art. 261: Atentado
contra a segurança das aeronaves..... 16

1.1. Definição de aeronave para fins penais 16

1.2. Definição de transporte aéreo coletivo para fins penais..... 20

1.2.1. Transporte aéreo coletivo 20

1.2.2. Aeronaves de transporte aéreo público 22

1.2.3. Aeronaves em transporte aéreo coletivo 25

1.2-A. Perigo Concreto 25

1.3. Atentado contra a segurança do transporte aéreo e delito
de perigo para a vida de outrem..... 32

1.4. Atentado contra a segurança do transporte aéreo e atentado
contra a segurança de outro meio de transporte 34

1.5. atentado contra a segurança do transporte aéreo e delito de dano.....	35
1.6. atentado contra a segurança das aeronaves e seu objeto jurídico	36
1.7. atentado contra a segurança das aeronaves e a localização da aeronave.....	36
2. Elemento subjetivo da primeira figura do art. 261: atentado contra a segurança das aeronaves.....	37
2.1. Elemento subjetivo dolo e dolo eventual no art. 261 – 1ª figura.....	37
2.1.1. Casos concretos de elemento doloso de perigo: acidente do voo RICO 4815 e do voo <i>Beech</i> 58	42
2.2. Elemento subjetivo culpa no art. 261 – 1ª figura	47
2.2.1. Perigo culposo e delito de perigo para a vida de outrem	50
3. Elementos objetivos da segunda figura do art. 261: atentado contra a segurança da navegação aérea	50
3.1. Objeto jurídico do tipo: o sistema de navegação aérea.....	51
3.2. Perigo contra a segurança da navegação aérea e exaurimento da conduta.....	52
4. Elementos subjetivos da segunda figura do art. 261: atentado contra a segurança da navegação aérea	60
4.1. Elemento subjetivo dolo e dolo eventual no art. 261 – 2ª figura.....	60
4.2. Elemento subjetivo culpa no art. 261 – 2ª figura.....	60
5. Consumação e tentativa.....	60
6. Concurso de crimes.....	63
Capítulo 3 – Sinistro Aéreo e Causas Especiais de Aumento de Pena	67
1. Sinistro em transporte aéreo.....	68
1.1. Definição de queda de aeronave para o delito de sinistro aéreo	68

1.2. Definição de destruição de aeronave para o delito de sinistro aéreo	71
1.3. Caso concreto de queda e destruição de aeronave: atentado contra o voo TAM 283	71
1.4. Distinção entre sinistro aéreo e desastre aéreo nos crimes contra os transportes	73
2. Atentado contra a segurança do transporte aéreo com fim de lucro	74
3. Causas especiais de aumento de pena	75
3.1. Elementos objetivos	75
3.2. Elementos subjetivos	77
3.3. Atentado contra a segurança do transporte aéreo culposo e majorantes do art. 121 do CP	79
3.4. Atentado contra a segurança do transporte aéreo culposo e perdão judicial	84
4. Classificação do crime	87
5. Multiplicidade de vítimas e de aeronaves no delito do art. 261 do CP	90
5.1. Valoração da multiplicidade de vítimas no delito do art. 261 do CP	90
5.2. Valoração da multiplicidade de aeronaves no delito do art. 261 do CP	95
5.3. Multiplicidade de vítimas: efeitos na dosimetria da pena	96
5.4. Conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos em acidentes aeronáuticos com multiplicidade de vítimas	98
6. Efeitos da condenação penal em delitos de perigo na aviação	102
6.1. Efeitos diretos da sentença condenatória	102
6.2. Efeitos indiretos da sentença condenatória	104
Capítulo 4 – Crime de Atentado Contra a Segurança do Transporte Aéreo Militar	107

1. Elementos objetivos do art. 283 do Código Penal Militar	107
1.1. Definição de aeronave para o delito do art. 283 do CPM	107
1.2. Perigo necessário para a adequação típica.....	110
1.3. atentado contra a segurança do transporte aéreo militar e o crime de dano.....	110
2. Elementos subjetivos do art. 283 do Código Penal Militar	111
3. Consumação e tentativa.....	112
4. Valoração da multiplicidade de aeronaves no delito do art. 283 do CPM.....	114
5. Causas especiais de aumento de pena.....	114
6. Classificação do crime.....	116
Capítulo 4-A – Passageiro Indisciplinado	117
1. O passageiro indisciplinado	117
2. Adequação Típica	120
2.1. Modalidade de aeronave protegida pela norma penal	123
2.2. Sujeito ativo do delito	125
2.3. Modo de execução.....	126
2.4. Perigo	127
2.4.1. Perigo na 1ª figura do art. 261 do CP	127
2.4.2. Perigo na 2ª figura do art. 261 do CP.....	132
2.5. Elemento subjetivo – dolo.....	135
2.5.1. Imputabilidade de passageiro embriagado.....	138
2.5.2. Casos concretos de passageiros indisciplinados embriagados – TAM 8089 e TAM 8047	142
2.6. Consumação	144
Capítulo 5 – Incêndio em Aeronave de Transporte Coletivo.....	147
1. Elementos objetivos do tipo	147
1.1. Definição de aeronave para o delito do art. 250 do CP	148
1.2. Definição de incêndio para fins penais	148

1.3. Crime de incêndio em aeronave de transporte coletivo e o delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo	149
1.4. Fogo: crime de perigo a vida de outrem e crime de dano.....	149
1.5. Incêndio com objetivo financeiro	150
1.6. Incêndio e Lei de Crimes Ambientais: soltura de balões.....	150
1.7. Crime de incêndio em aeronave de transporte coletivo e crime contra a segurança nacional	151
2. Elementos subjetivos do tipo.....	152
3. Concurso de crime de incêndio com crime contra a vida	152
4. Causas especiais de aumento de pena.....	153
5. Consumação e tentativa.....	154
Capítulo 6 – Explosão em Aeronave de Transporte Coletivo	155
1. Elementos objetivos do tipo	156
1.1. Definição de aeronave para o delito do art. 251 do CP	156
1.2. Definição de explosivo para o delito do caput do art. 251 do CP.....	156
1.3. Definição de explosivo para a figura privilegiada do parágrafo 1º do art. 251 do CP	157
1.4. Qualificadoras e a figura privilegiada do parágrafo 1º do art. 251 do CP	158
1.5. Crime de explosão privilegiado e o delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo	160
1.6. Crime de explosão e o delito de sinistro aéreo.....	163
1.7. Crime de explosão na modalidade culposa.....	163
1.8. Crime de explosão de aeronave de transporte coletivo e crime contra a segurança nacional	163
2. Elementos subjetivos do tipo.....	164
3. Concurso de crime de incêndio com crime contra a vida	165
4. Causas especiais de aumento de pena.....	166
5. Consumação e tentativa.....	166

Capítulo 6-A – Terrorismo a Bordo de Aeronaves	169
1. Atos terroristas e crimes políticos: tipicidade	169
2. Atos ilícitos dolosos contra aeronaves: emprego de explosivos, gases tóxicos, conteúdos de contaminação e sabotagens	175
2.1. Crime de terrorismo	175
2.2. Crime político.....	180
3. Atos ilícitos dolosos contra aeronaves: apoderamento ilícito.....	182
3.1. Crime de terrorismo.....	182
3.2. Crime político.....	186
3.3. Tipificação especial do crime de apoderamento ilícito de aeronave.....	188
3.4. Casos concretos de apoderamento ilícito de aeronave no Brasil.....	190
4. Assunção de responsabilidade civil pela União	196
5. Excludentes de responsabilidade civil da União	198
Capítulo 7 – Condução de Aeronave sob Efeito de Drogas	201
1. Elementos objetivos do tipo	201
1.1. Sujeito ativo do art. 39 da Lei de Drogas.....	202
1.1.1. Qualidade de crime comum	202
1.1.2. Comandante da aeronave e copiloto	202
1.1.3. Piloto de veículo aéreo não tripulado - VANT	203
1.1.4. Controladores de voo.....	204
1.1.5. Aeroviários em atividades de reboque de aeronaves.....	205
1.2. Definição de aeronave para o delito do art. 39 da Lei de Drogas	206
1.3. Delimitação temporal do momento do consumo de drogas para o delito do art. 39 da Lei de Drogas	207
1.4. Definição de drogas para o delito do art. 39 da Lei de Drogas	208
1.5. Perigo concreto para adequação típica.....	208

2. Crime de condução de aeronave de transporte coletivo sob efeito de drogas e o delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo.....	209
3. Elementos subjetivos do tipo.....	210
4. Inimputabilidade penal especial da Lei de Drogas.....	211
5. Consumação e tentativa.....	213
6. Supervisão das tripulações e condução de aeronaves sob efeito de drogas.....	214

Capítulo 8 – Homicídio e Lesão Corporal em Acidentes

Aeronáuticos	217
1. Elementos objetivos do tipo	218
1.1. Transporte aéreo e patologias de voo.....	219
2. Elementos subjetivos do tipo.....	221
3. Consumação e tentativa.....	222
4. Crimes contra a vida e delitos de perigo à incolumidade pública: adequada tipificação em acidentes aeronáuticos	222
4.1. Dolo de perigo contra aeronaves em acidentes aeronáuticos	222
4.2. Concurso de crime contra a vida com delito contra a incolumidade pública.....	223
4.2.1. Caso concreto de concurso de crimes: atentado contra o voo TAM 283	225
4.3. Concurso entre crime contra a vida com crime de explosão ou incêndio em aeronave de transporte coletivo	228
4.4. Crimes de homicídio e lesão corporal culposa em acidentes aeronáuticos	229
5. Causas de aumento do art. 263 do CP e concurso de crimes: influências no cálculo da pena.....	230
5.1. Dosimetria da pena do delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo e homicídio culposo.....	230
5.2. Dosimetria da pena do delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo e lesão corporal culposa	233

Capítulo 9 – Falsidade Ideológica na Confeção de Plano de Voo	235
1. Panorama Geral	235
1.1. Exigência legal de operação aérea em pistas regulares.....	236
1.2. Helicópteros e assistência a localidades sem pistas regulares.....	240
1.3. Exigência legal de autorização para o uso do espaço aéreo.....	242
1.4. Falsidade no plano de voo e o perigo para a aviação.....	243
2. Elementos objetivos do tipo	245
3. Elementos subjetivos do tipo.....	247
4. Consumação e tentativa.....	247
5. Concurso do crime de falsidade ideológica com delitos de perigo.....	248
6. Excepcionalidades à operação em pistas regulares.....	251
6.1. Operação aeroagrícola e pistas de pouso não certificadas	251
6.2. Aeronaves ultraleves e sítios de voo	253
6.3. Aeronaves militares, públicas e aeródromos civis regulares.....	255
Capítulo 9-A – Transporte Aéreo Clandestino.....	261
1. Definição	261
2. Operação aérea privada e comercial	263
3. Crime Aeronáutico	266
4. Crime contra as relações de consumo	272
4.1. Oferta falsa ou enganosa	273
4.2. Publicidade enganosa ou abusiva	276
4.3. Execução irregular de serviço de alta periculosidade.....	281
4.4. Estelionato Especial	285
5. Transporte aeromédico deficiente ou clandestino	289
5.1. Adequação típica	289
5.2. Estado de necessidade, inexigibilidade de conduta diversa e improbidade administrativa	291
5.3. Crime contra a vida e a integridade física	293
5.4. Crime contra as relações de consumo.....	294

Capítulo 10 – Tráfico de Drogas Mediante Emprego de Aeronave	299
1. Elementos objetivos do tipo	300
2. Elementos subjetivos do tipo.....	303
3. Consumação e tentativa.....	305
4. Perda da aeronave em decorrência de atividades de tráfico de drogas.....	306
4.1. Pena de perdimento de bens	306
4.2. Apreensão e perdimento de aeronave: requisitos legais	308
4.3. Emprego operacional de aeronaves apreendidas	312
4.4. Ordem judicial de registro provisório e requisitos de segurança de voo	315
4.5. Guarda de aeronaves apreendidas e sua depreciação econômica.....	317
5. A Lei 9.614, de 5 de março de 1998, e o direito internacional	320
5.1. A Lei 9.614/98 e suas regulamentações.....	320
5.2. O Protocolo de Montreal de 1984 e seu conteúdo normativo	322
5.3. O Protocolo de Montreal de 1984 e a legítima defesa internacional	324
5.4. O Protocolo de Montreal de 1984 e o direito interno brasileiro	325
5.5. O Protocolo de Montreal de 1984 e o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade	329
5.6. A Lei 9.614/98 e as ações de segurança do Estado Brasileiro	334
Capítulo 11 – Crimes Omissivos e a Posição de Garante na Segurança da Aviação	341
1. Considerações iniciais.....	341
2. As omissões próprias nos crimes aeronáuticos	342
2.1. Omissão de socorro no transporte aéreo de enfermos e no atendimento de pacientes por médico-passageiro	343
3. As omissões impróprias nos crimes aeronáuticos	345
3.1. Crimes omissivos impróprios	345

3.2. Tipos penais por omissão imprópria.....	347
3.3. Elementos do tipo omissivo impróprio.....	348
3.4. Omissões impróprias na aviação: operadores aéreos e inspetores de aviação.....	353
3.4.1. Caso concreto de omissão imprópria na aviação: acidente do voo TAM 3054.....	357
Capítulo 12 – Injusto Doloso em Acidentes Aeronáuticos	361
1. Considerações iniciais.....	361
2. Elementos constitutivos da conduta dolosa.....	362
3. Tipos de condutas dolosas	363
3.1. Dolo direito ou dolo de primeiro e segundo graus.....	363
3.2. Dolo eventual.....	364
4. Acidente aeronáutico: dolo de perigo e dolo de dano.....	364
5. Casos concretos de injusto doloso em acidente aeronáutico: PT-NBP (corisco) e PU-PEK (experimental).....	367
Capítulo 13 – Injusto Culposo em Acidentes Aeronáuticos.....	373
1. Considerações iniciais.....	373
2. Elementos constitutivos e características da conduta culposa.....	374
2.1. Conduta humana.....	374
2.2. Inobservância aos deveres objetivos de cuidado	374
2.3. Tipicidade e Just Culture.....	375
2.4. Previsibilidade do resultado	379
2.4.1. Risco permitido e erro humano.....	385
2.5. Nexos de causalidade	387
2.6. Modalidades da culpa.....	390
3. Caso concreto de injusto culposo em acidente aeronáutico: acidente do voo VARIG 254	391
4. Atividade de risco e responsabilidade de gestores	395
4.1. Obrigações de segurança dos gestores da aviação	395

4.2. Caso concreto de responsabilização criminal de gestores da aviação: acidente do voo TAM 3054.....	397
5. Atividade de risco e erro profissional: casos concretos.....	403
5.1. Acidente aéreo e erro profissional: acidente com helicóptero da Marinha do Brasil – Super- <i>Lynx</i> (AH-11A)	403
5.2. Acidente aéreo e elevado risco permitido: acidente com helicóptero da Força Aérea Brasileira – <i>Bell</i> 205.....	405
5.3. Resultados atípicos ou incomuns nas atividades de risco: incidente do voo 140 da <i>All Nippon Airways</i>	407
6. Concorrência de culpas em acidente aeronáutico.....	409
6.1. Concorrência de culpas na aviação.....	409
6.2. Efeitos penais da concorrência de culpas	410
6.3. Caso concreto de concorrência de culpas na aviação: acidente com o voo GOL 1907.....	411
Capítulo 14 – Direção não Licenciada de Aeronave.....	417
1. Elementos objetivos do tipo contravencional	417
1.1. Perigo abstrato e perigo concreto: adequação típica.....	420
1.2. Operação aérea com habilitação ou licença vencida	422
2. Elementos subjetivos, consumação e tentativa do tipo contravencional.....	423
Capítulo 15 – Abuso na Prática da Aviação.....	425
1. Elementos objetivos do tipo contravencional	425
1.1. Perigo abstrato e perigo concreto: adequação típica.....	426
1.2. Definição de voo rasante para a contravenção penal do art. 35 da LCP	428
1.3. Definição de pouso em locais não destinados a esse fim para a contravenção penal do art. 35 da LCP.....	429
1.4. Excepcionalidades ao tipo contravencional de pouso em locais não destinados a esse fim.....	430
2. Elementos subjetivos, consumação e tentativa do tipo contravencional.....	433

Capítulo 16 – Infrações Aeronáuticas	435
1. Competência para o exercício de poder de polícia.....	435
2. As Infrações Aeronáuticas.....	437
2.1. Infrações aeronáuticas e o Princípio da Legalidade	437
2.2. Tipicidade punitiva das infrações aeronáuticas.....	439
2.3. Solidariedade infracional entre o operador aéreo e seus prepostos	440
2.4. Vinculações das sanções administrativas aeronáuticas	441
2.5. Sujeição passiva ao poder de polícia das autoridades da aviação civil.....	441
2.6. O Princípio da Continuidade dos Voos Comerciais	442
2.7. Prescrição da pretensão punitiva do poder de polícia das autoridades de aviação civil	443
2.8. A independência da instância administrativa aeronáutica e o <i>ne bis in idem</i>	444
3. Infração Aeronáutica de condução de aeronave sob efeito de drogas ou sob efeito de álcool	445
3.1. Tipificação infracional.....	446
3.2. Delimitação temporal do momento do consumo de substâncias psicoativas ou de drogas para o tipo infracional	447
3.3. Sujeito ativo do tipo infracional.....	448
3.4. Definição de drogas e de substâncias psicoativas para o tipo infracional e repercussões criminais.....	448
Capítulo 17 – Jurisdição Brasileira em Crimes Aeronáuticos	451
1. Territorialidade e extraterritorialidade criminal	452
2. Jurisdição brasileira e as infrações em aeronaves	454
2.1. Elementos territoriais da jurisdição.....	454
2.2. Princípio da Territorialidade Atenuada.....	455
2.3. Local do crime e a teoria da ubiquidade.....	456
2.4. Jurisdição brasileira e a Convenção de Tóquio de 1963	458

2.5. Convenção de Tóquio de 1963 e o Princípio da Continuidade dos Voos Comerciais	461
2.6. Jurisdição brasileira e convenções especiais.....	461
2.6.1. Convenção de Haia de 1970.....	463
2.6.2. Convenção de Montreal de 1971	465
3. Aeronaves brasileiras e a jurisdição penal.....	466
3.1 Aeronaves brasileiras no território nacional e em alto-mar	466
3.2. Aeronaves privadas brasileiras no exterior.....	467
3.3. Aeronaves brasileiras e a lei penal militar brasileira.....	467
4. Aeronaves estrangeiras e a jurisdição penal	468
4.1. Aeronaves estrangeiras privadas no Brasil	468
4.2. Aeronaves estrangeiras privadas em alto-mar ou em território de outros Estados	469
4.3. Aeronaves estrangeiras privadas e crimes à distância	469
4.3.1. Caso concreto de jurisdição criminal e crimes a distância: acidente do voo Air France 447.....	470
4.4. Aeronaves estrangeiras estatais no Brasil	472
4.5. Aeronaves estrangeiras e a lei penal militar brasileira.....	472
4-A. Jurisdição em crimes ocorridos no espaço cósmico	472
5. O Poder disciplinar do comandante de aeronave	474

PARTE II:

DIREITO PROCESSUAL PENAL AERONÁUTICO

Capítulo 18 – Competência Criminal em Crimes Aeronáuticos	481
1. Competência de Justiça.....	481
1.1. Competência da Justiça Federal: infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.....	481
1.1.1. Elemento de atração: serviços federais	482
1.1.2. Elemento de atração: interesse federal	487

1.1.3. Serviços federais e interesse federal: influência do elemento subjetivo do tipo penal	491
1.2. Competência da Justiça Federal: os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar	494
1.2.1. Delimitação da expressão “a bordo de aeronaves”	494
1.2.2. Crimes cometidos a bordo de aeronaves e a teoria da ubiquidade	496
1.2.3. Localização da aeronave, tipo penal e elemento subjetivo do tipo	499
1.3. Crimes militares e crimes federais.....	501
1.4. Crimes eleitorais e crimes federais	504
1.5. Contravenções penais cometidas a bordo de aeronaves	505
1.6. Lei do Abate e competência criminal.....	509
2. Competência territorial	511
2.1. Competência territorial em acidentes aeronáuticos e delitos de perigo aéreo	511
2.2. Competência territorial e conflito de competência entre Justiça Federal e Estadual.....	512
2.3. Competência territorial e crimes a distância transnacional.....	515
2.4. Competência territorial e extraterritorialidade da lei brasileira	517
2.5. Competência territorial e crimes cometidos a bordo de aeronaves	518
Capítulo 19 – O Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Sipaer: Fontes Formais e Competência	523
1. Considerações iniciais.....	523
2. Fontes formais do Sipaer e Atos Internacionais sobre direito aeronáutico.....	523
3. Plano de eficácia material das normas do Sipaer	531
4. Competência administrativa da investigação Sipaer.....	536

4.1. Aeronaves civis brasileiras no território nacional	536
4.2 Aeronaves militares brasileiras e estrangeiras	538
4.3. Aeronaves em transporte aéreo internacional: aeronaves civis estrangeiras em qualquer lugar e aeronaves civis brasileiras no estrangeiro ou em espaço aéreo internacional	540
4.4. Designação de representantes acreditados	542
5. O Sistema de Busca e Salvamento	544
5.1. O sistema de busca e salvamento e a investigação de acidentes aeronáuticos	544
5.2. Assistência e salvamento de astronautas e objetos lançados ao espaço cósmico	546

Capítulo 20 – Normas Legais e Princípios Jurídicos da

Investigação Aeronáutica	551
1. Normas legais e orientações da Organização Internacional da Aviação Civil - OACI	551
2. Os princípios jurídicos do Sipaer e a Lei 12.970/2014	555
2.1. Princípio da Preservação da Vida Humana	555
2.2. Princípio da Neutralidade Jurisdicional e Administrativo-Disciplinar	557
2.2.1. A dogmática especulativa da investigação aeronáutica.....	557
2.2.2. A investigação aeronáutica e a garantia constitucional à ampla defesa e ao contraditório	560
2.2.3. Neutralidade e independência da investigação aeronáutica.....	563
2.2.4. A <i>delatio criminis</i> apresentada pelos investigadores do Sipaer	566
2.3. Princípio da Proteção e Sigilo da Fonte, Princípio da Confiança e Princípio da Participação Voluntária	571
2.3.1. O emprego das informações Sipaer em processos judiciais.....	573
2.3.2. O sigilo das fontes e informações do Sipaer	584

2.3.3. O sigilo de dados de prevenção de acidentes aeronáuticos e a Lei 12.527/2011	589
2.4. Princípio da Máxima Eficácia Preventiva.....	592
2.4.1. Hipóteses e condições indiretas como fatores contribuintes.....	592
2.4.2. Teoria <i>conditio sine quo non</i> e análise causal aeronáutica.....	596

Capítulo 21 – A Produção de Provas em Processos Judiciais

Relacionados a Acidentes Aeronáuticos e a Lei 12.970/2014.....	599
1. Considerações iniciais.....	599
2. As informações prestadas voluntariamente ao Sipaer e a Lei 12.970/2014	600
2.1. Os entrevistados pelo Sipaer e as testemunhas de processos judiciais.....	600
2.2. Os entrevistados pelo Sipaer e o Princípio da Vedação à Autoincriminação.....	602
2.3. As informações do <i>Safety Report</i> e sua proteção jurídica	605
3. Os investigadores aeronáuticos, as testemunhas e os peritos.....	607
3.1. Os investigadores aeronáuticos e a função de testemunha.....	607
3.2. Os investigadores aeronáuticos e a função de perito	610
3.3. Os investigadores aeronáuticos e a prestação de esclarecimentos sobre a investigação aeronáutica	612
4. A prioridade investigativa do Sipaer	614
4.1. A prioridade investigativa do Sipaer, o Código Brasileiro de Aeronáutica e o Código de Processo Penal	614
4.2. A prioridade investigativa do Sipaer e o interesse público.....	620
4.3. A prioridade investigativa do Sipaer e a perícia policial no local do acidente.....	625
5. O compartilhamento das informações do acidente e a Lei 12.970/2014.....	631

5.1. Compartilhamento de informações de comunicação e de dados de desempenho de aeronaves acidentadas.....	631
5.2. Compartilhamento de laudos técnicos especializados.....	634
5.3. Intervenção judicial para o compartilhamento de informações do Sipaer	640
5.4. Prévia manifestação do representante judicial da autoridade Sipaer para o compartilhamento de informações.....	643

Capítulo 22 – As Incompatibilidades da Investigação

Aeronáutica com o Processo Judicial e a Lei 12.970/2014	645
1. Considerações iniciais.....	645
2. A incompatibilidade objetiva da investigação aeronáutica com o processo judicial.....	646
3. A incompatibilidade técnica da investigação aeronáutica com o processo judicial.....	649
3.1. As recomendações de segurança de voo e determinação de autoria delitiva	650
3.2. A dogmática especulativa da investigação aeronáutica e seus efeitos no processo judicial	653
3.2.1. O nexó causal na dogmática da investigação aeronáutica	653
3.2.2. O nexó causal na dogmática penal.....	656
3.2.3. As hipóteses construídas pela investigação aeronáutica e o processo judicial.....	658
3.2.4. As hipóteses e o Princípio da Verdade Real.....	661
3.3. A amplitude da teoria <i>conditio sine qua non</i> na investigação aeronáutica e seus efeitos no processo judicial.....	663
3.3.1. Teoria <i>conditio sine qua non</i> no direito penal.....	663
3.3.2. Teoria <i>conditio sine qua non</i> na investigação aeronáutica e aeronavegabilidade continuada.....	666
3.3.3. Caso concreto do emprego amplo da teoria <i>conditio sine qua non</i> : acidente com o voo TAM 3054.....	668
3.3.3.1. Aeronavegabilidade continuada	668

3.3.3.2. Condição Indireta	672
3.3.4. Efeitos do nexu causal amplo da investigação aeronáutica no processo judicial	676
3.4. A limitação dogmática subjetiva da investigação aeronáutica e seus efeitos no processo judicial	677
3.4.1. A limitação dogmática subjetiva da investigação aeronáutica e a doutrina <i>Just Culture</i>	677
3.4.2. Efeitos da limitação dogmática subjetiva da investigação aeronáutica no processo judicial	681
4. A investigação aeronáutica e a qualidade de prova ilícita para fins judiciais	683
4.1. Ilícitude por violação de dispositivo legal expreso	683
4.2. Ilícitude por inobservância de garantias constitucionais	686
5. A investigação aeronáutica como meio de prova indiciária e o recebimento de denúncia criminal	690
Capítulo 23 – A Investigação Aeronáutica e o Processo Judicial:	
Análise de Casos Concretos e Jurisprudência	695
1. O caráter especulativo da investigação aeronáutica e suas repercussões no processo judicial: estudos de casos concretos	695
2. Casos concretos	696
2.1. Nordeste NEE 115: acidente aeronáutico com voo regional da Nordeste Linhas Aéreas em 1991	696
2.2. TAM PT-SBH: acidente aeronáutico com voo regional da TAM - Transportes Aéreos Regionais em 1983	709
2.3. Transbrasil TB 202: acidente aeronáutico com voo comercial da Transbrasil Linhas Aéreas em 2000	714
2.4. LASA PT-KNE: acidente aeronáutico com voo de serviço aéreo especializado da LASA Engenharia e Prospecções S/A em 2001	723
3. Desenvolvimento jurisprudencial do tema	731

APÊNDICES

Apêndice “A” – Crimes Contra as Telecomunicações Aeronáuticas:

Tipicidade da Conduta e Princípio da Insignificância.....	745
1. Considerações Gerais.....	745
2. A segurança das telecomunicações aeronáuticas.....	746
2.1. Características das telecomunicações na aviação.....	746
2.1.1. As comunicações aeronáuticas.....	747
2.1.2. A navegação aérea.....	750
2.2. Efeitos deletérios no uso indisciplinado das comunicações na aviação	751
2.2.1. Cidades isoladas e o sistema de telecomunicações aeronáuticas	751
2.2.2. Baixa potência das rádios clandestinas e efeitos na aviação.....	752
2.2.3. Localização das rádios clandestinas e efeitos na aviação.....	753
2.2.4. Rádios clandestinas e interferências eletromagnéticas	754
3. Tipicidade penal da conduta de exploração clandestina de radiodifusão	755
3.1. Art. 70 do CBT e art. 183 da Lei das Teles	755
3.2. Tipificação penal: visão doutrinária.....	757
3.3. Tipificação penal: visão dos Tribunais Superiores	759
4. O Princípio da Insignificância no crime de telecomunicações clandestinas comunitárias e a segurança da aviação e de serviços públicos essenciais.....	764
4.1. O Princípio da Insignificância.....	764
4.2. O Princípio da Insignificância das rádios comunitárias clandestinas e o STJ.....	764
4.3. O Princípio da Insignificância das rádios comunitárias clandestinas e o STF.....	766
4.3.1. Ausência de ofensividade da conduta de exploração clandestina de rádios comunitárias.....	768

4.3.2. Baixa reprovabilidade da conduta de exploração clandestina de rádios comunitárias.....	772
5. Princípio da Insignificância versus atipicidade formal	775
6. Princípio da Insignificância e exploração de serviço de internet clandestina.....	778
7. Considerações finais	780

Apêndice “B” – Soltura de “Balões sem Fogo”: A Inconstitucionalidade de Leis Municipais que Autorizam essa Prática e a Tipicidade

Criminal da Conduta	785
1. Considerações Iniciais.....	785
2. A inconstitucionalidade formal de leis municipais que legislem sobre direito aeronáutico.....	787
2.1. Competência legislativa em matérias de uniformidade nacional.....	787
2.2. Competência legislativa suplementar dos Estados	788
2.3. Competência legislativa suplementar dos Municípios.....	789
2.4. Competência legislativa em direito aeronáutico.....	790
2.5. Inconstitucionalidade formal por vício de competência legislativa	791
3. A tipificação penal da conduta de soltar balões sem fogo.....	795
3.1. Crime ambiental	795
3.2. Crime aeronáutico	797
3.2.1. Perigo contra a segurança da aviação	797
3.2.2. Elementos objetivos do tipo	800
3.2.3. Elementos subjetivos do tipo.....	803
3.2.4. Caso concreto de perigo produzido por balão contra a segurança da aviação: incidente do voo TAM 3756.....	805
4. A existência de lei municipal autorizando a conduta de soltar balões sem fogo e suas repercussões no direito penal	806
5. Considerações finais.....	811
Bibliografia.....	813